

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 140.^a Sessão Ordinária

Realizada em 31 de agosto de 1971 — (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Domicio Scaramella, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomei, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

MENSAGEM

21-71

Curitiba, 9 de agosto de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica da Resolução n. 6-71, de 8 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprova alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL-BRDE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio o conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
— C O D E S U L —

Resolução n. 6-71

Aprova alteração do Convênio

O Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, reunido em Florianópolis, resolve, na forma do artigo 46 do Sistema CODESUL-BRDE e "ad referendum" das Assembléias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

1.º — Aprovar a alteração do Convênio que criou o Sistema CODESUL-BRDE, que a esta acompanha.

2.º — A alteração aprovada, nesta reunião, será submetida à deliberação dos órgãos legislativos dos Estados integrantes do Convênio.

Florianópolis, 8 de julho de 1971

Governador Euclides Triches

Governador Haroldo Leon Peres

Governador Colombo Machado Salles

ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO QUE CRIOU O CODESUL E O BRDE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O convênio que criou o CODESUL e o BRDE prescreve, atualmente, que a Junta de Administração do BRDE seja constituída de onze membros o Diretor Presidente do Banco, três representantes do Governo Federal, dois representantes do Governo de cada Estado e o Secretário Executivo do CODESUL com a competência estabelecida pelo mesmo diploma.

Além das atribuições características de alta administração, o órgão desempenha outras de cunho predominantemente executivo. Como exemplos, podemos citar a fixação e modificação das taxas de juros ou depósitos, bem como a deliberação sobre operações que elevam a responsabilidade de um cliente acima dos limites fixados pela Diretoria e a autorização para renúncia de direitos, transações e compromissos.

Tais atribuições conferem à Junta de Administração, ingerência em negócios tipicamente executivos e rotineiros, vinculados à ação da Diretoria. Considerando o elenco dos componentes do colegiado administrativo percebe-se que a quase totalidade de seus membros não têm vivência efetiva e diuturna no Banco, de vez que o regime legal ora em vigor, não lhes impõe uma aproximação que, aliás, não seria exigível nem viável em se tratando de pessoas com participação intensa noutros setores de atividades.

É aconselhável que seja minimizada a distância funcional entre os núcleos administrativo e executivo de autoridade, visando ao mais estreito contato entre os respectivos representantes, o que virá beneficiar a estrutura operacional do Banco, através da mais fácil comunicação e do melhor dinamismo. A composição da Junta de Administração deverá pois, abranger elementos que atuem no Banco, com presença imediata e contínua, amplamente informados das atividades externa e interna da instituição.

Diante do exposto, propõe-se que passe a fazer parte da Junta de Administração a totalidade da Diretoria do BRDE, ficando o órgão composto de quinze membros outorgando-se ao Presidente voto de qualidade.

A mudança acima sugerida não só se recomenda pela justificação acima, como também identifica-se como precedentes firmados nos demais organismos congêneres. A propósito mencionaremos apenas os casos do Banco da Amazônia S.A., Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A., entidades cujos estatutos prevêm a participação das Diretorias nos Conselhos de Administração Superior.

PROJETO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE CONVENIO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Governo do Estado de Santa Catarina e

O Governo do Estado do Paraná

Reconhecendo a necessidade de retificar e ratificar o Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, que criou o Sistema CODESUL-BRDE, resolvem:

Art. 1.º

O art 25 do Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, passa a vigorar a seguinte redação:

“Art. 25 — A Junta de Administração será constituído de quinze membros:

a) a Diretoria do BRDE;

b) três representantes do Governo Federal, e seus suplentes, com residência em cada um dos Estados, a serem designados pelo Presidente da República;

c) dois representantes de cada Estado e seus suplentes;

d) o Secretário Executivo do CODESUL.

§ 1.º — A presidência da junta será exercida pelo Diretor Presidente do Banco.

§ 2.º — Os representantes dos Estados, e seus suplentes, serão designados pelos respectivos Governadores, devendo prover da iniciativa privada e de órgão do desenvolvimento estadual”.

Art. 2.º

O § 1.º e o § 2.º do art. 28 do referido Convênio passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º — A Junta deliberará com o quorum mínimo de oito membros.

§ 2.º — O Presidente da Junta terá voto de qualidade.

Art. 3.º

Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

TELEGRAMAS:

Do Senhor Deputado Aldo Pereira de Andrade, Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no seguinte teor:

Legislativo Catarinense vg Proposta Senhor Deputado Sady Marinho vg agradece efetiva participação Vossa Excelência et Senhor Deputados compuseram delegado esse Estado vg encontro presidentes assembleias legislativas vg realizado Balneário Camburiú vg maneira destacada contribuíram pleno êxito aquêle conclave pt Cordiais Saudações. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscrive, no uso de suas atribuições, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Romeu Bergonzini, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

O extinto deixa viúva a Senhora Lindo Volpon Bergonzini e seus filhos: Dr. Everaldo Volpon Bergonzini, Eunéia, Cecília Condessa, Eáza Bergonzini Orlandini e Elda Bergonzini Read.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente requerimento, para o qual conta com o indispensável apoio dos nobres Pares, seja dada ciência do presente à família enlutada, residente à rua Petit Carneiro, 281 — nesta Capital.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

(a) Fuad Nadi

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário,

CONSIDERANDO:

- a) — a imperiosa necessidade de um perfeito entrosamento entre o Estado e Municípios na adoção de medidas necessárias ao combate da poluição do ar, d'água e do solo;
- b) — a apresentação, hoje, de Projeto de Lei, nesta Casa com este objetivo;
- c) — a possibilidade do referido Projeto vir a ser adotado, também, nos Municípios, através iniciativa do Poder Executivo Municipal, prevenindo-se a mesma urgência de construção de tanques de recuperação, notadamente naqueles em que as indústrias receberam incentivos fiscais, doação de terrenos e outras vantagens para a sua implantação;

REQUER

a Vossa Excelência, que officie aos Excelentíssimos Srs. Prefeitos Municipais do Estado, dando-lhes inteiro teor deste, bem como evidando-lhes cópia do Projeto de Lei que adota medidas preventivas ao combate à poluição.

Sada das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) **Maurício Fruct**

Requerimento

Senhor Presidente:

Dias atrás ocupamos esta Tribuna para relatar um episódio dramático, que descrevia a desatenção de um médico ligado à Previdência Social à sua paciente, uma garotinha, de três anos de idade, que veio a falecer.

Na oportunidade, solicitamos a esta Casa o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, ao Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social e à Delegacia Regional daquele órgão, de denúncia e apelo, pleiteando a revisão dos critérios estritos estabelecidos pelas autoridades previdenciárias para a concessão de atendimento médico-cirúrgico.

Pretendíamos, citando um caso particular, dramático e doloroso, sensibilizar os responsáveis para a necessidade de corrigir-se erros punindo responsáveis — no caso médicos e organizações hospitalares, que estariam abusando da liberdade de operar e internar para fazer da moléstia e da dor uma fonte de enriquecimento ilícito e odioso. Queríamos, com nosso protesto e apelo, que critérios levados ao exagêro de rigor, não continuassem sacrificando os segurados da Previdência Social, em detrimento do próprio conceito que a Revolução Brasileira possui perante a opinião pública.

O assunto que trouxemos comovidos a esta Casa evoluiu, através de posterior entrevista em um dos canais de televisão da cidade, na qual apresentamos, entre outros argumentos, segurados desenvolvidos ao trabalho como aptos pelo INPS, sem visíveis condições físicas para as funções de desempenhem. Um deles, inclusive, semi-paralisado, fora desligado por alto do serviço médico do INPS, para exercer sua profissão de motorista de transporte coletivo.

Na repercussão que o assunto provocou, intenções foram confundidas e — infelizmente — parece que a essência de nosso esforço, o âmago da questão, ficou relegado a um plano secundário, enquanto interesses classistas e profissionais se julgavam ofendidos.

Admitimos, e assim dissemos, publicamente, que provavelmente a criança teria morrido, mesmo que tivesse recebido atenção médica. Mas o fato é que não recebeu. E do fato não se foge. O que se condenou foi a desatenção, a desconsideração que sofreu uma mãe que, ao procurar a Previdência não foi pedir favores, mas exigir a contraprestação prevista em lei dos recolhimentos que seu marido recolhe pontualmente e com sacrifício.

Não trazemos nenhum arrependimento pelo que foi dito, tampouco retificação alguma. Apenas queremos clarear as intenções, e tentar devolver o assunto à sua verdadeira relevância, que não se esgota num prestígio profissional ferido, na solidariedade de uma classe coesa, nem na morte de uma garotinha de três anos de idade.

Mais importante do que tudo isso é o problema do trabalhador brasileiro, a ineficiência da Previdência Social hoje, como era ontem e sempre foi evidente, no setor de assistência médica.

Tanto isso é verdade que existe lei, promulgada pelo Excelentíssimo e saudoso Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, um brasileiro admirável que também se preocupou com o assunto. Tal lei, não regulamentada, institui o seguro-saúde, nos moldes vigentes nos Estados Unidos.

Reafirmada a interação do nosso pronunciamento, queremos, agora, repor em seu devido lugar a verdade sobre o que pensamos da responsabilidade da classe médica na situação e no episódio.

Tanto quanto o trabalhador, a classe médica aparece como vítima de uma estrutura ineficiente. Sabemos nós, sabe também a classe médica, que a Previdência põe em choque direto paciente e médico. Este, assoberbado pela obrigatoriedade de atender vinte pacientes por dia, mediante remuneração absurda. O paciente exigindo máxima atenção, dedicação integral e cuidados como realmente merece qualquer vida humana.

Parece-nos que, face a essa contingência, a classe médica, através de suas atividades representativas, deveria, não unir-se em defesa de um membro, vítima dessa estrutura num fato episódico, mas tentar lutar, corajosamente, contra erros da estrutura, que ofendem a todos como coletividade profissional.

Depois de nosso pronunciamento recebemos apoio e solidariedade de dezenas de médicos, que foram prontos em nos revelar outros fatos, todos confirmando a dificuldade de relacionamento médico-paciente na atual estrutura da assistência previdenciária.

O critério pleiteado pelos médicos, e nem sempre reafirmado por suas entidades classistas com o vigor necessário, é o de livre escolha, adotado em todos os países europeus, com exceção da Inglaterra. O segurado escolhe entre toda a comunidade médica o que melhor lhe interessar, estabelecendo uma concorrência sadia e um interesse mais objetivo médico-paciente.

O assunto é complexo.

Os responsáveis pela Previdência e os médicos o conhecem melhor do que nós.

Ao abordá-lo, apenas queremos fazer sentir que o conhecemos. Que somos solidários com a classe médica. Menos, infelizmente, na falta de ênfase, ou até na omissão, com que contesta os erros existentes.

Finalmente, é nossa intenção afirmar, como já afirmamos no primeiro pronunciamento, que a Revolução não é responsável pela situação que já recebeu encruada, torta, irreversível. Necessário porém que nós, homens públicos, tenhamos a liberdade de levantar assuntos como este, com o direito de que sejamos encarados como colaboradores, não como detratores.

Por tal motivo, na mesma medida em que pedimos o encaminhamento de nossa anterior manifestação, terminamos requerendo à Mesa que encaixine também as notas taquigráficas desta nossa passagem pela Tribuna às autoridades previdenciárias e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho.

Talvez Suas Excelências não concordem com nosso ponto de vista.

Mas certamente não de reconhecer sinceridade e honestidade de propósitos.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

(a) Erondy Silvério

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 188-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e amigos da Criança Excepcional, com sede e fóro na cidade de Mandaguari, mantenedora da Escola de Excepcionais Dom Jayme Luiz Coelho, da mesma cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

(a) **Basilio Zanusso.**

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais para alcançar tal objetivo, eis que sua fundação se deu há mais de dois anos; presta, realmente, serviço à coletividade, de maneira desinteressada; seus diretores não recebem qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Por outro lado, como se verifica da inclusa fotocópia, a referida Entidade já foi declarada de utilidade pública pelo Legislativo Municipal.

Em se tratando de Associação de tamanha importância para as crianças excepcionais daquela cidade, apresentamos o presente Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio.

PROJETO DE LEI N. 189-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O artigo 140, da Lei 6.174, fica acrescido do inciso:

IV — Com idênticas vantagens, quando um cargo ou função tenha sido exercido pelo mínimo de dois anos ininterruptos, independente do impiedimento temporal de que trata o inciso III, desde que, à época da aposentadoria, esteja em exercício no cargo ou função.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 1971.

(a) **João Mansur.**

(a) **Borsari Netto**

JUSTIFICATIVA:

O conceito de funções gratificadas, hoje, com a dinâmica administrativa, transforma-se em prêmio aos servidores mais diligentes e capazes.

Óbvio é, por conseguinte, que o servidor que, após mais de três decênios dá o seu esforço e colaboração ao Estado e, que ao término já do seu tempo para aposentadoria empresta eficiente serviço à boa marcha do desempenho da função pública, através, ainda mais, de um cargo em comissão ou de função gratificada, em exercício ininterrupto de dois (2) ou mais anos, seja aquinhado da mesma maneira, de aquele que, tendo exercido cargo ou função com interrupção, por isso que, a fluência de um tempo ininterrupto tem maior significação que o tempo parcelado, interrompido.

Se o Legislador ao contemplar a figura do servidor público, com a incorporação temporal de cinco (5) anos alternados, com muito mais razão e justiça é de, por figura de isonomia, contemplar aqueles que por mais de dois (2) anos consecutivamente, exercem cargos ou funções gratificadas.

PROJETO DE LEI N. 190-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os Órgãos estaduais, autarquias e companhias de economia mista em que o Estado seja majoritário, somente concederão financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar po-

lução do ar, água ou solo, se no Projeto das mesmas estiverem previstas construções de tanque de recuperação dos detritos que poderiam provocar a referida poluição.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas defrontados pelos órgãos sanitários do Estado, se refere à poluição de águas dos rios. A esse respeito, o Código de Pesca (art. 37, Lei n. 221) estabelece que:

“Os afluentes das redes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não a tornarem poluídas”.

§ 1.º — Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas das águas, que possam constituir prejuízo, direta ou indiretamente, à fauna e à flora aquática.

§ 2.º — Cabe aos Governos estaduais verificação da poluição e a tomada de providência para coibi-las.

§ 3.º — O Governo Federal supervisionará o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Sobre a poluição dos rios paranaenses, o Instituto de Defesa do Patrimônio Natural da Secretaria da Agricultura o confirma, afirmando que não há como negar a contaminação de alguns cursos d'água. Pesquisando alguns deles, com a coleta de material, o IDPN, porém, não conseguiu laboratório oficial em condições de determinar a existência e índices de elementos tóxicos, assim como seus efeitos sobre a fauna e flora aquáticas.

Uma campanha contra a poluição dos rios e riachos já consta da programação a ser cumprida por aquele órgão, mas para isso necessita contar com recursos para aquisição de equipamentos portáteis e de laboratórios para tal fim, assim como proceder o treinamento de pessoal para desempenhar os trabalhos de pesquisa.

Entretanto, a medida que nos parece mais objetiva e que poderá proporcionar resultados práticos e imediatos, seria a de uma lei estadual que obrigue as empresas a construírem sistema de tratamento de águas utilizadas, ou da retenção de resíduos tóxicos, aliás, com o estabelecido no citado art. 37, da Lei Federal n. 221, de 28 de fevereiro de 1971.

Essa iniciativa que apresentamos à consideração de nossos Pares vem, por outro lado, de encontro à conclusão em que chegou a PLANEPAR LTDA., em seu estudo sobre as medidas que poderiam ser tomadas pelo Governo para o controle de poluição dos rios, principalmente da Bacia do Rio Iguaçu. Aquêle órgão de planejamento sócio econômico do Estado disse, no seu trabalho, que um programa de Prevenção, Controle e Combate à poluição das águas não se obteria a curto prazo. Mas, assim, com o levantamento das condições sanitárias das bacias hidrográficas do Estado (levantamento, mapeamento, descargas mínimas e máximas, pontos de poluição etc.) e os meios legais para combater essa anomalia.

Em sendo uma medida persuasória, o Projeto acima tem um largo alcance social, que poderá minimizar os efeitos daninhos da poluição.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Acyr José. Não encontrando-se presente o Sr. Deputado Acyr José, concedo a palavra ao sr. Deputado Maurício Fruet, segundo orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Eu declino da palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, encerra-se a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 47 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 39-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que dá nova redação ao artigo 7.º, da Lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n. 5.802 de 12 de julho de 1968. — Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 128-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, o Poder Executivo instituirá anualmente, através da FUNDEPAR, o "Concurso de Literatura do Paraná", e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 153-70, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CIP. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 41-71, de autoria do Dep. Antônio Costa, que transfere para a viúva Francisca Gutierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n. 5.205, de 11 de dezembro de 1965. — Parecer favorável da CCJ. — **Com Substitutivo.** — **Aprova-**
do artigo por artigo, pelo Substitutivo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 93-71, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida à Senhora Maria Francisca Oliveira. — Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Em regime de Urgência.** — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 215-70, de autoria do Dep. Eron. dy Silvério, fica denominado "Vereador Dino Gasparin", o Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta Capital. — Pareceres favoráveis da CCJ e CIP. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 215-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Vereador Dino Gasparin" o Grupo Escolar da Vila Hauer, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1970:

a) Eron. dy Silvério, Deputado.

JUSTIFICATIVA

O Vereador Dino Gasparin defendeu, durante vários anos de sua existência, as justas reivindicações do povo curitibano. Edil dos mais atuantes, sempre colocou em primeiro plano os interesses da coletividade, que tão bem soube representar.

Parece-nos justo que se consigne, ainda que postumamente, o reconhecimento da população curitibana ao trabalho de seu ilustre representante. E este é o objetivo do presente Projeto, que esperamos tenha a acolhida dos nobres Deputados que integram esta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
P A R E C E R
AO PROJETO DE LEI N. 215_70

I — De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de lei em exame, visa denominar "Vereador Dino Gasparin" o Grupo Escolar da Vila Hauer, em Curitiba.

II — Pretende o autor do plano de lei, prestar uma homenagem póstuma a um dos mais atuantes vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, como reconhecimento do povo desta cidade àquele que soube por muitos anos defender as reivindicações da população, sempre colocando em plano prioritário os interesses da coletividade.

III — Não havendo óbice constitucional e sendo justo o que se pleiteia, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido Manoel Martins de Oliveira — Relator

Muggiati Filho, Emílio Carazzai, Sebastião Rodrigues Júnior, Arthur de Souza, Igo Losso, Armando Queiroz.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N. 215-70

I — A justificativa do autor do projeto, Deputado Erondy Silvério, nos convence da justiça e oportunidade de se homenagear póstumamente o Vereador Dino Gasparin, que foi, sem dúvida alguma, um homem público que sempre colocou em primeiro plano os interesses da coletividade.

II — O Projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e nosso Parecer é no mesmo sentido.

Sala das Comissões, em .. de junho de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

Pinto Dias — Arizone Araújo — Francisco Escorsin — Acyr José

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 260-70, de autoria do dep. José Alencar Furtado, lica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00, à Theodoro Meira. — Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 260-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) ao Senhor Theodoro Meira, residente em Curitiba.

Art. 2.º — A despesa referente a presente autorização correrá por conta da dotação consignada para esse fim na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970.

a) José Alencar Furtado, Deputado.

JUSTIFICATIVA: Theodoro de Meira, natural de Almirante Tamandaré, neste Estado, sempre foi um trabalhador dedicado. Com suas mãos lavrou terras, deu o melhor de si para o progresso de seu município, até que o infortúnio bateu às suas portas: hoje é um homem cego, necessitando do amparo público.

A presente iniciativa objetiva conceder uma pensão mensal, a fim de que possa minorar as agruras que passa, face a sua invalidez.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 260_70

Autor: Dep. José Alencar Furtado

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00, ao Sr. Theodoro Meira".

P A R E C E R

1) O Projeto de Lei em apreço devidamente justificado, não fere dispositivo constitucional.

2) Tratando-se de simples Projeto de Lei autorizatória, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai — Cândido Manoel Martins de Oliveira — Muggiati Filho — Aeyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

Autor: Dep. Alencar Furtado

P A R E C E R

Louvável é a iniciativa de lei do nobre deputado Alencar Furtado, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), a Theodoro Meira.

O presente projeto vem justificado e articulado de acordo com o Regimento Interno, não fere qualquer dispositivo de ordem financeira, tendo em vista a existência no Orçamento Geral do Estado, verba própria para atendimento de pensões.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima — Paulo Poli — Fuad Nacli — Ovídio Franzoni — Gabriel Manoel.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 11_71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a "Escola 29 de Março", de Curitiba. — Parecer favorável da CCJ. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 11-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a "Escola 29 de Março" de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

a) Dep. Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Escola 29 de março, situada à Rua José de Alencar n. 1509, funciona em Curitiba há quase 20 anos. A Escola, que destina-se a alunos excepcionais, surdos mudos, tem como sua Diretora a abnegada e dedicada mestra Ruth Schrank, que recentemente esteve em Washington, em Congresso de especialização de suas funções.

Estando convenientemente registrada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, sob n. 219, conforme certidão anexa, esta Escola, sem

qualquer propaganda, vem no quase anonimato, durante tanto tempo, realizando um dos mais meritórios trabalhos, que deve ser reconhecido pelo Poder Público.

Dai as razões pelas quais apresentamos esta proposição, que esperamos mereça a aprovação dos Nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 11-71

Autor: Dep. Ivo Losso

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Escola 29 de março, de Curitiba.

RELATÓRIO E PARECER

Trata-se, na espécie, de declarar de utilidade pública, uma Escola que funciona em Curitiba há 20 anos, mais ou menos, que se destina a alunos excepcionais.

O estabelecimento se encontra devidamente registrado na SEC sob o n. 249 e vem realizando trabalhos meritórios, conforme se deduz da ilustrada justificação que acompanha o projeto, fundamentado-o plenamente.

Nada a opôr ao Projeto, em favor do qual opinamos, pelos seus próprios fundamentos.

É o Parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 1971.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho — **Cândido Martins de Oliveira** — **Sebastião Rodrigues Júnior** — **Armando Queiroz**.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de cópia do Projeto de Lei que adota medidas preventivas ao combate à poluição, aos srs. Prefeito Municipais do Estado. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nachi, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Romeu Bergonzini. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento das notas taquigráficas do dia 27 próximo passado, ao sr. Ministro do Trabalho. — **Aprovado**.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª **Discussão** — dos Projetos de Lei ns. 123-70; 153-70, 41-71, 93-71;

2.ª **Discussão** — dos Projetos de Lei ns. 215-70, 260-70, 11-71;

1.ª **Discussão** — do Projeto de Lei n. 309-70.

Levanta-se a sessão.